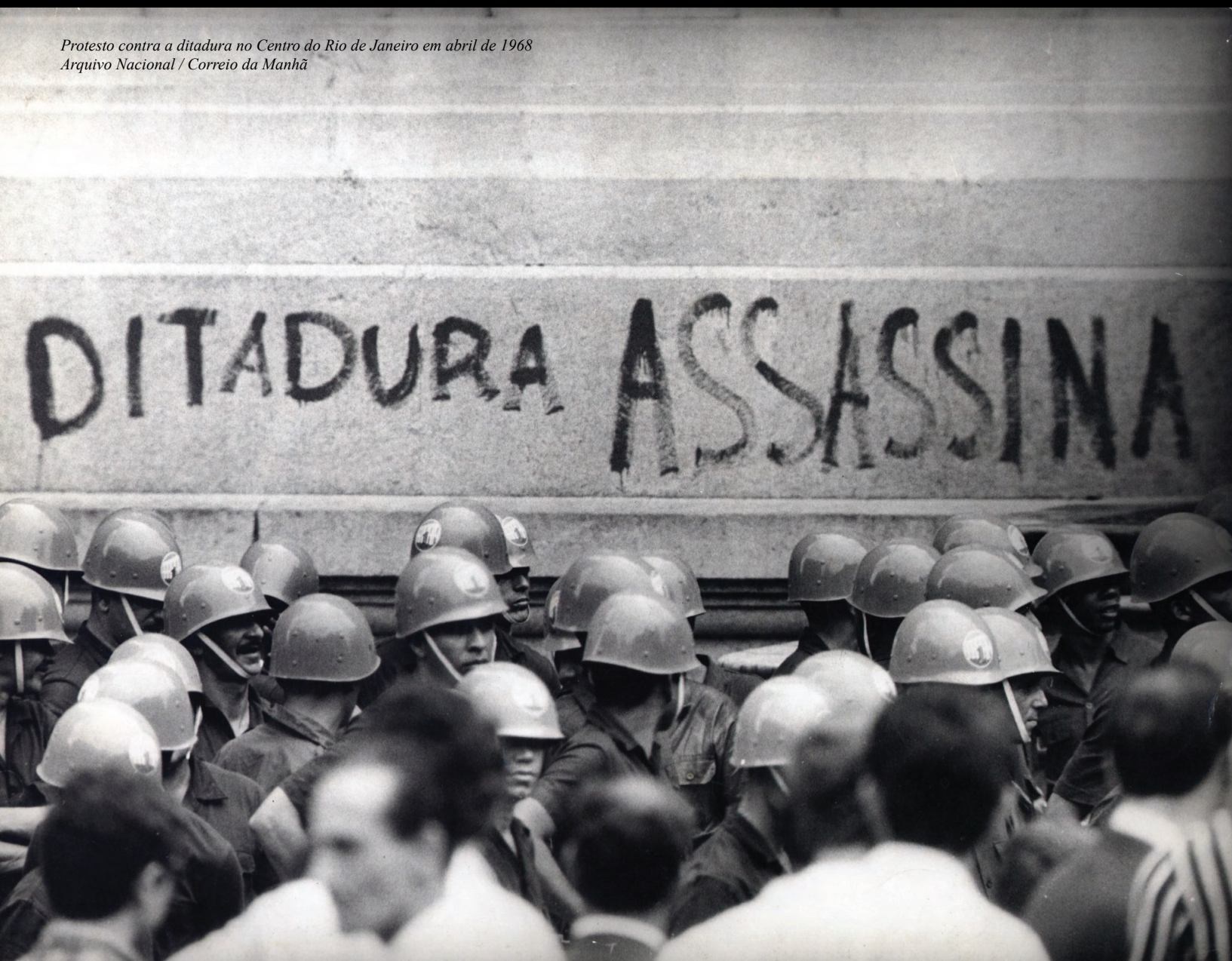


Ditadura, autoritarismo e refundação da Unirio em bases democráticas

60 anos do golpe

*Protesto contra a ditadura no Centro do Rio de Janeiro em abril de 1968
Arquivo Nacional / Correio da Manhã*



Nos corredores da Unirio, é muito comum se ouvir que a universidade foi criada em 5 de junho de 1979 como presente do ditador João Baptista Figueiredo ao seu irmão Guilherme Figueiredo, primeiro reitor da instituição. Esta afirmação, embora tenha limites, busca identificar as raízes de práticas antidemocráticas no cotidiano da comunidade acadêmica. Tais raízes, no entanto, são ainda mais profundas do que um mero ato presidencial.

Fatos e documentos nos remetem a episódios anteriores à 1979 e mostram como a Unirio é fundada em bases autoritárias. Para mudá-las, é necessário escavarmos fundo e mergulharmos no passado em busca de memória, verdade e justiça.

No dia 1º de abril de 2024, completam-se 60 anos do golpe de Estado que instaurou no Brasil uma ditadura comandada por uma aliança entre militares, o grande capital internacional, latifundiários e frações da burguesia local. O regime estabelecido aprofundou o projeto de modernização capitalista, renovou seu compromisso com setores conservadores e reacionários e bloqueou a via de ampliação da participação popular na política e na economia. Nessa conjuntura, foi criada a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (Fefieg), embrião da Unirio.

A Fefieg surgiu cinco anos depois do golpe, no dia 20 de agosto de 1969, como exemplar único do modelo federativo de instituição federal de ensino superior indicado no artigo 8º da Reforma Universitária de novembro de 1968. A instituição reuniu estabelecimentos já existentes e os colocou sob uma administração centralizada e um mesmo estatuto, com a finalidade de desenvolver atividades de ensino de nível superior, mas se diferenciando juridicamente das universidades.

Embora incluído na legislação da Reforma Universitária de 1968 – uma reação da ditadura ao projeto de universidade popular defendido pela União Nacional dos Estudantes (UNE) naquele então –, o modelo de Federação de Escolas Isoladas abria a possibilidade para a experimentação de um formato ainda não existente. A Unirio foi o primeiro e talvez único experimento desse formato, restrito a um projeto personalista que passou longe dos debates nas esferas públicas. No fundo, este projeto pode ter como uma das suas origens uma conversa informal entre mandarins do governo ditatorial. Em ata da 67ª sessão do Conselho da Fefieg do dia 20 de agosto de 1974, na qual se comemorava os seus cinco anos de existência, destacamos o seguinte trecho:

O conselheiro Alberto Soares de Meirelles usou a palavra para dizer do seu orgulho em ver a Fefieg crescendo tão rapidamente. A Fefieg que ele criou; nascida debaixo de um arvoredor – nos jardins do Palácio Laranjeiras – de uma conversa entre o então Presidente da República, Arthur da Costa e Silva, o ministro da Educação, Tarso Dutra, e ele. O nome de “Federação” foi ele quem deu, e o presidente da República batizou-a carinhosamente “A Federação de Meirelles”.

Esse registro em ata da declaração do general, homeopata, professor e ex-presidente da Fefieg, Alberto Soares de Meirelles, remete a uma imagem muito semelhante àquela que nos referimos no início do texto como sendo para alguns o mito fundador da Unirio. Recalcada na memória, ela reaparece recuperada do inconsciente da comunidade acadêmica e reinvestida em outra figura autoritária posterior da história desta instituição, Guilherme Figueiredo, o irmão do último ditador do regime implementado pelo golpe de 1964.

O vínculo da família Soares de Meirelles com as classes dominantes remonta ao menos ao início do século XIX, quando o bisavô de Alberto, Joaquim Cândido Soares de Meirelles, tornou-se membro do corpo médico das Forças Armadas, deputado e conselheiro do Imperador.

A história da sua família se confunde com a busca pela legitimação da homeopatia como ramo da medicina no Brasil, o que levou à criação da Escola de Medicina e Cirurgia (EMC). Professor catedrático desta Escola, foi seu diretor no período 1964 a 1970, quando foi criada também a Fefieg, tornando-se seu primeiro presidente. Durante sua gestão, em 1966, foi incorporado o Hospital Gaffrée e Guinle (HUGG) à Escola.

Atualmente Meirelles é homenageado na Unirio de várias formas, dando nome a auditório e pavilhão, além de existir um busto de sua imagem na entrada da reitoria. Da mesma forma, Guilherme Figueiredo dá nome à praça na entrada do maior campus da Unirio, localizado na Avenida Pasteur n.436. E ambos possuem retratos na “galeria de reitores” nos gabinetes da reitoria.

Apesar das relações umbilicais desses fundadores da Fefieg e Unirio com a ditadura empresarial-militar, figuras como Alberto Soares de Meirelles e Guilherme Figueiredo seguem celebradas em espaços da comunidade acadêmica como se nada tivesse acontecido no passado. A Unirio não efetivou uma Comissão de Memória, Verdade e Justiça, abrindo mão de fazer a leitura crítica da sua história e de se comprometer com uma refundação democrática. Porém, ainda há tempo.



Busto de Alberto Soares de Meirelles no jardim do prédio da Reitoria da Unirio situada na Av. Pasteur 296 na Urca.

Foto de Camila de Monteiro Marinho

Não apenas a permanência das homenagens a prepostos da ditadura causa incômodo. Há também um profundo silêncio sobre a história de violência política que aplainou o caminho até a fundação da Unirio, assim como sobre as resistências de movimentos sociais e grupos acadêmicos comprometidos com a democracia e a autonomia universitárias. Essas fundações vão desde elementos estruturais de prédios até a sua prática e cultura acadêmicas e institucionais.

Passados quase 40 anos da chamada transição democrática no Brasil, não houve esforço institucional da Unirio digno de nota para encarar essas memórias dolorosas, apesar de algumas iniciativas individuais recuperarem registros pontuais. Abaixo destacamos alguns desses episódios.

"Massacre da Praia Vermelha"

Mais de 600 estudantes realizaram na Praia Vermelha uma passeata contra a ditadura em 22 de setembro de 1966. Decidiram, então, ocupar a Faculdade de Medicina da UFRJ, que nesta época se localizava em um grande edifício onde atualmente está o campus da Unirio na Avenida Pasteur n.458. Policiais militares invadiram o prédio, espancaram e prenderam estudantes. Posteriormente, o edifício foi esvaziado e, em 1975, demolido, mas partes das suas fundações costumam ser reencontradas pela Unirio quando são realizadas obras no local. Hoje, há uma placa no CCET que faz referência ao edifício da Faculdade de Medicina, mas sem nenhuma menção à repressão policial.



*Massacre da Praia Vermelha - Kaoru.
Jornal do Brasil - 22/09/1966*



Estudantes correm com a chegada da repressão policial na Praia Vermelha em setembro de 1966 - Arquivo Nacional

Assassinato do estudante Edson Luís

No dia 28 de março de 1968, estudantes realizavam um protesto nas ruas do Rio de Janeiro contra as condições precárias de alimentação quando foram reprimidos e alvejados pela polícia, resultando na morte do secundarista Edson Luís. O assassinato resultou no crescimento das manifestações contra a ditadura, mas também no aumento das medidas de repressão. Dirigentes do diretório acadêmico da Escola de Medicina e Cirurgia (EMC) publicaram, na mesma semana do assassinato, um jornal onde diziam “Estudantes unidos contra ditadura assassina”. Docentes e discentes montaram no HUGG um pronto-socorro clandestino para atender as vítimas da repressão policial nas manifestações. A iniciativa foi idealizada por Almir Dutton Ferreira, militante da base médica da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), e serviu para cuidar de feridos e evitar eventuais prisões.



Enterro do estudante Edson Luís assassinado em protesto estudantil em março de 1968 - Arquivo Nacional

AI-5 e prisão de Juscelino Kubitschek

Na noite do dia 13 de dezembro de 1968, o ex-presidente Juscelino Kubitschek se encontrava no Theatro Municipal participando como patrono da cerimônia de formatura de estudantes da Escola de Medicina e Cirurgia. Na saída, foi abordado por policiais que o detiveram, deram-lhe voz de prisão e o conduziram para uma detenção militar. Naquela mesma noite, às 23h, o programa radiofônico Voz do Brasil anunciava a edição do Ato Institucional n.5 (AI-5), que caçava direitos civis e políticos e catapultava a ditadura para um patamar ainda mais repleto de arbitrariedades.



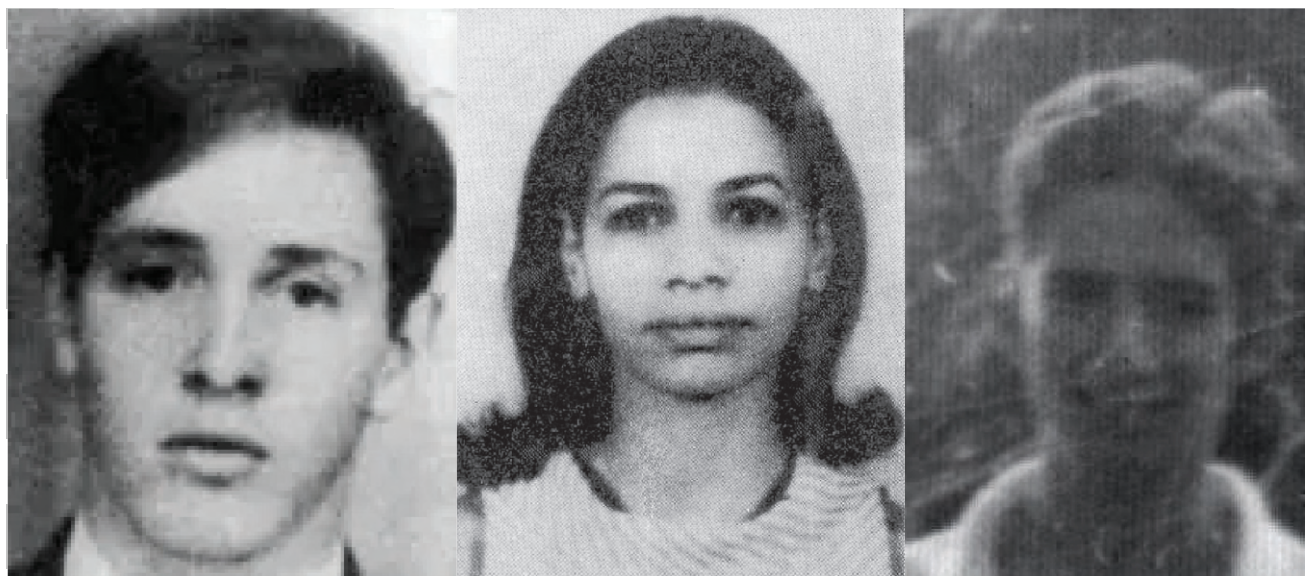
O Patrono e o Parainfo da turma de 1968. O ex-presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e, à sua direita, o Diretor da Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, professor Alberto Soares de Meirelles - Livro: A história da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, de Mauricio Ribeiro Borges

Em maio de 1972, o Instituto Villa-Lobos (IVL) e a Escola de Teatro, localizados na Praia do Flamengo n. 132, foram invadidos pela polícia militar, que prendeu estudantes e o professor Jaceguay Lins. A repressão alegava a existência de drogas no local, mas se sabe que o prédio, antiga sede da UNE, era um local estratégico de organização do movimento estudantil. O general Jayme Ribeiro da Graça foi nomeado então interventor na direção do IVL e o general Carlos Cadmo de Moura Brandão assumiu o lugar de vice. A pressão resultou na exoneração de Jaceguay, no afastamento do diretor destituído Reginaldo de Carvalho, no exílio do compositor Jorge Antunes e no banimento da música contemporânea da instituição. Menos de uma década depois, o IVL e a Escola de Teatro seriam expulsos do prédio.



*O fogo destrói o prédio da UNE na praia do Flamengo
Agência O Globo – 01/04/1964 - Rio Memórias*

Em 1973 e 1974, os estudantes da Escola de Medicina e Cirurgia Elmo Corrêa, Lucia Maria de Sousa e Luiz Renê Silveira e Silva, foram assassinados no Araguaia pelas forças de repressão da ditadura. Os relatos da Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011, indicam que esses militantes prestaram auxílio à população local durante sua estadia na região e foram barbaramente torturados antes de serem executados.



Elmo Corrêa, Lucia Maria de Sousa e Luiz Renê Silveira e Silva - Memórias da Ditadura / Memorial da Resistência / Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS

Torturas

Em 1993, o grupo Tortura Nunca Mais denunciou o médico e professor da Unirio José Lino Coutinho de França Neto, o “dr. Coutinho”, por colaboração em sessões de tortura de opositores da ditadura na Ilha das Flores, em São Gonçalo, no ano de 1969. Em 2000, ele teve seu registro cassado pelo Conselho Federal de Medicina, que reconheceu o fato de que o oficial da Marinha aplicava estimulantes para torturados permanecerem acordados durante as bárbaras sessões. Segundo o Portal da Transparência, o ex-integrante do grupo de torturadores recebe atualmente R\$ 17 mil como aposentado pela Unirio.



*Estudantes presos em manifestação contra a ditadura no Rio de Janeiro em junho de 1968
Arquivo Nacional / Correio da Manhã*

Os casos citados nesta publicação são apenas alguns episódios nos quais encontramos pistas na internet e em livros especializados. Apenas um trabalho coletivo e mais minucioso, que mobilize a comunidade acadêmica em torno da pauta da Memória, Verdade e Justiça, será capaz de revelar novos fatos e iniciar uma história da Unirio honesta com seu passado, criando, de fato, um futuro comprometido com uma universidade popular, à serviço dos direitos sociais e das necessidades históricas das nossas e dos nossos estudantes.

Em novembro de 2011, o governo federal criou a Comissão Nacional da Verdade através da lei n. 12.528, que inspirou a criação de comissões com objetivos semelhantes em diversas universidades do país nos anos seguintes. A Unirio não seguiu este caminho – um eco tardio do seu compromisso com a ditadura sob a qual foi gestada.

As comissões da verdade são instrumentos implementados por diversos países que atravessaram períodos em que direitos individuais e as normas democráticas foram suspensos, como no caso de ditaduras. Esses órgãos cumprem um papel importante na recuperação da memória, na apuração de violações de direitos humanos e de efeitos produzidos por regimes autocráticos.

No caso das comissões da verdade estabelecidas pelas universidades, já foram tratados episódios de desaparecimentos, torturas e outras formas de violência física, mas os casos mais comuns trazidos à luz versam sobre perseguição ideológica sustentada por artificial legitimidade das regras jurídicas, operacionalizadas por meio do direito administrativo. Exemplo disto são os impedimentos nas

contratações de servidores (docentes e técnicos/as) e nas matrículas de alunos/as. Há também casos de intervenções na gestão, exonerações, constrangimentos e espionagem.

Além da apuração de informações da história, as comissões da verdade auxiliam na compreensão de fatos que perduram no tempo, como por exemplo o da presença de militares e entusiastas do golpismo na administração ou mesmo no quadro de servidores/as da universidade.

A metodologia adotada pelas comissões costuma abranger desde a apreciação de documentos, a realização de entrevistas e audiências públicas, e conta com a contratação de pesquisadoras/es que apoiam a realização dos trabalhos dos membros da comissão.

Além da produção de depoimentos, testemunhos e de um relatório síntese capazes de revelar memórias ocultadas, as comissões proporcionam a elaboração de propostas de intervenção como a revogação de homenagens e títulos *honoris causa* e substituições ou modificações de menções em edificações públicas.

As comissões da verdade têm também um papel importante na recuperação das memórias sobre episódios de resistência e solidariedade que foram suprimidos pela força do constrangimento ou mesmo da violência física.

O trabalho de construção da Memória, Verdade e Justiça no âmbito da Unirio não teve início ainda, mas nunca é tarde demais para começar. Este é um compromisso que não se esgota jamais e que deve ser assumido integralmente pela nossa Unirio perante toda a sociedade brasileira, banindo um passado autocrático que insiste em reaparecer sob novas formas.



Ato estudantil no Rio de Janeiro em outubro de 1968
Arquivo Nacional / Correio da Manhã

Março de 2024

PESQUISA

Bruno Marinoni

REDAÇÃO

Bruno Marinoni

Rodrigo Castelo

DIAGRAMAÇÃO

Camila de Monteiro Marinho

TRATAMENTO DE IMAGEM E DESIGN

Camila de Monteiro Marinho

REVISÃO

Bruno Marinoni

Rodrigo Castelo

FOTOGRAFIAS

Arquivo Nacional; Correio da Manhã; Memórias da Ditadura; Memorial da Resistência; Comissão Especial sobre MORTOS e DESAPARECIDOS POLÍTICOS; Jornal do Brasil; Rio Memórias e A história da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, de Mauricio Ribeiro Borges.

DIRETORIA ADUNIRIO 2023-2025

Presidente: Rodrigo Castelo Branco Santos (CCH)

Vice-Presidente: Maria Tereza Serrano Barbosa (CCET)

Secretária-Geral: Janaína Specht da Silva Menezes (CCH)

1º Secretário: Diego da Silva Vargas (CLA)

2º Secretário: Marcelo Leonardo do Santos Rainha (CCET)

1º Tesoureiro: Rodrigo de Souza Dantas (CCH)

2º Tesoureiro: Alexandre Sousa da Silva (CCET)

CONSELHO DE REPRESENTANTES 2023-2025

Edson Ferreira Liberal (CCBS)

Thereza Christina dos Santos Figueira Cardoso (CCBS)

Claudia Regina Andrade dos Santos (CCH)

Javier Alejandro Lifschitz (CCH)

Ludmila Leite Madeira da Costa (CCH)

Willian Gonçalves Soares (CCH)

João Roberto Lopes Pinto (CCJP)

Rodolfo Liberato de Noronha (CCJP)

CONSELHO FISCAL 2023-2025

Titulares

Joanir Pereira Passos

Luiz Henrique Chad Pellon

Almerinda Moreira

Suplentes

Ivan Coelho de Sá

Janete de Oliveira Elias

ADUNIRIO-SSIND

Av. Pasteur, 458 - Urca (térreo do prédio do CCH/Unirio)

Telefone: (21) 3825-9794 / 2286-8100

Whatsapp: (21) 98563-8323

E-mail: adunirio@adunirio.org.br

Facebook: [@adunirio.andes](https://www.facebook.com/adunirio.andes)

GT-Carreira: (21) 99853-7136

Site: www.adunirio.org.br

Instagram: [@adunirio.andes](https://www.instagram.com/adunirio.andes)



ANDES
SINDICATO NACIONAL